

## Um estado da arte sobre produção alimentar e sustentabilidade gastronômica no horizonte conceitual crítico ao "Antropoceno"

*A state of the art on food production and gastronomic sustainability in the critical conceptual horizon of the "Anthropocene"*

*Un estado del arte sobre producción de alimentos y sostenibilidad gastronómica en el horizonte conceptual crítico del "Antropoceno"*

DOI: <https://doi.org/10.70051/mangt.v5i2.67622>

Felipe Daniel Ruzene | [felipe.ruzene@ufpr.br](mailto:felipe.ruzene@ufpr.br)

<https://orcid.org/0000-0003-0955-8505>

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

Recebimento do artigo: 18-março-2025

Aceite: 06-agosto-2025

RUZENE, F. D. Um estado da arte sobre produção alimentar e sustentabilidade gastronômica no horizonte conceitual crítico ao "Antropoceno". **Revista Mangút: Conexões Gastronômicas**. ISSN 2763-9029. Rio de Janeiro, v. 5, n.2, p. 319-335, out. 2025.



**RESUMO**

Este ensaio teórico apresenta um estado da arte de discussões recentes sobre produção alimentar, sustentabilidade ambiental e sistemas políticos críticos ao Antropoceno. Por meio de uma revisão crítica da literatura, analisaram-se as implicações ecológicas e sociais da produção agroindustrial, problematizando o papel das políticas alimentares, das práticas agrícolas e da organização capitalista na intensificação das desigualdades e da crise climática. Foram mobilizados conceitos derivados e críticos ao Antropoceno, como regimes alimentares, Capitaloceno, Plantationoceno e Chthuluceno, para ampliar o debate sobre as responsabilidades históricas na degradação dos ecossistemas. A partir disso, abordaram-se alternativas sustentáveis como a agroecologia, a valorização de saberes alimentares locais e a gastronomia comprometida com a justiça socioambiental. Concluiu-se que repensar o sistema alimentar global exige não apenas inovações técnicas, mas transformações profundas nos modelos acadêmicos, políticos, econômicos, culturais e gastronômicos que sustentam as formas contemporâneas de produzir e consumir alimentos.

**Palavras-chaves:** Gastronomia; Produção de alimentos; Sustentabilidade; Antropoceno; Agroecologia.

**ABSTRACT**

This theoretical essay presents a state-of-the-art of recent discussions on food production, environmental sustainability, and political systems critical of the Anthropocene. Through a critical literature review, the ecological and social implications of the agroindustrial output were analyzed, problematizing the role of food policies, agricultural practices, and capitalist organization in intensifying inequalities and the climate crisis. Concepts derived from and critical of the Anthropocene, such as food regimes, Capitalocene, Plantationocene, and Chthulucene, were mobilized to broaden the debate on historical responsibilities in the degradation of ecosystems. From this, sustainable alternatives such as agroecology, the valorization of local food knowledge, and gastronomy committed to socio-environmental justice were addressed. The conclusion was that rethinking the global food system requires not only technical innovations but also profound transformations in the academic, political, economic, cultural, and gastronomic models that underpin contemporary ways of producing and consuming food.

**Keywords:** Gastronomy; Food production; Sustainability; Anthropocene; Agroecology.

**RESUMEN**

Este ensayo teórico presenta un estado del arte de las discusiones recientes sobre producción alimentaria, sostenibilidad ambiental y sistemas políticos críticos del Antropoceno. A través de una revisión crítica de la literatura, se analizaron las implicaciones ecológicas y sociales de la producción agroindustrial, problematizando el papel de las políticas alimentarias, las prácticas agrícolas y la organización capitalista en la intensificación de las desigualdades y la crisis climática. Se movilizaron conceptos derivados y críticos del Antropoceno, como regímenes alimentarios, Capitaloceno, Plantacionoceno y Chthuluceno, para ampliar el debate sobre las

responsabilidades históricas en la degradación de los ecosistemas. A partir de esto, se abordaron alternativas sostenibles como la agroecología, la valorización del conocimiento alimentario local y la gastronomía comprometida con la justicia socioambiental. La conclusión fue que repensar el sistema alimentario global requiere no solo innovaciones técnicas sino también transformaciones profundas en los modelos académicos, políticos, económicos, culturales y gastronómicos que sustentan las formas contemporáneas de producir y consumir alimentos.

**Palabras claves:** Gastronomía; Producción de alimentos; Sostenibilidad; Antropoceno; Agroecología.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A questão agrícola e alimentar, longe de estar resolvida ou definitivamente ultrapassada, permanece sendo do interesse de diversos autores. Entre cientistas, químicos, historiadores, antropólogos, filósofos, biólogos, políticos, pequenos e médios produtores e movimentos sociais, têm-se refletido o quanto a produção de alimentos e as práticas agropecuaristas são essenciais ao cenário catastrófico da atualidade, bem como para a reestruturação das lutas ambientalistas (Valiorgue, 2020). O contexto agroecológico se tornou uma preocupação crescente de pesquisadores em diversas áreas, também de agricultores, ativistas ambientais, consumidores e profissionais do mercado de alimentos, uma vez que nossos modos produtivos têm se mostrado insustentáveis e destrutivos ao meio-ambiente global (Stengers, 2015).

Debates sobre as políticas alimentares, a gastronomia sustentável, o crescimento de movimentos veganos/vegetarianos, o surgimento de hortas comunitárias, agriculturas de pequena escala, a organização dos trabalhadores rurais, coletivos orgânicos, certificação de bem-estar animal, formas agrícolas alternativas e resistências aos organismos geneticamente modificados ou agrotóxicos, são exemplos das crescentes preocupações em relação à produção de comida que buscam levar em consideração outros modos produtivos, assumindo responsabilidade pelos “companheiros de mesa”<sup>1</sup>, permitindo refúgios para a biodiversidade de plantas, animais, fungos, solos e ecossistemas (Haraway, 2016a; Tsing, 2019).

Tomando por base as pesquisas historiográficas, compreendo que a dietética,<sup>2</sup> a produção alimentícia e as variadas práticas alimentares são objetos de investigação complexos,

<sup>1</sup> A expressão “companheiros de mesa” (*messmates at table*) é utilizada por Donna Haraway (2008, p. 17-18) em *When species meet*. Segundo Anna Tsing (2019, p. 72), trata-se de “companheiros para comer e serem comidos (...) uma associação obrigatória para comer que aproxima tão intimamente os companheiros que é difícil saber onde um termina e o outro começa.” Utilizamo-lo em referência às múltiplas espécies com as quais nos associamos pelo ato de comer, entendendo que estamos em risco uns com os outros, em uma habitação simbiogenética da realidade biopolítica.

<sup>2</sup> O termo “dietética” é utilizado neste texto como forma de exprimir, não somente o ato de comer ou beber, mas também as identidades sociais, raciais, étnicas, políticas, sociais, sexuais, de classe e de gênero que se cruzam nos hábitos à mesa. Isso é, a concatenação das potencialidades nutricionais com os variados desejos humanos, seus rituais, história, etiquetas e filosofias, ambos suscitados pelas práticas alimentares. O conceito provém de Michel Foucault (1998, p. 90-91).

longe de serem metanarrativas globais e totalizantes, demonstram as múltiplas relações econômicas, sociais, políticas, culturais, estéticas e éticas que se delineiam à mesa. Este ensaio, portanto, visa apresentar o estado da arte sobre alguns dos debates contemporâneos sobre produção e consumos alimentares no atual contexto de profunda transformação e impactos ao meio ambiente. Para tanto, apresento uma introdução teórica à temática do Antropoceno e suas contrapartes ou complementações, como o Capitaloceno, o Neganthropoceno, o Plantationoceno e o Chthuluceno. Adiante, a partir de uma revisão bibliográfica, investigo proposições acerca da produção de alimentos e políticas alimentares no tempo das catástrofes, bem como as aberturas vislumbradas para permitir sustentabilidades e futuros possíveis.

## O ANTROPOCENO E A PERTURBAÇÃO HUMANA SOBRE A TERRA

O Antropoceno<sup>3</sup> é um conceito que anuncia um período no qual o ser humano adquire uma força geológica tão significativa quanto as forças naturais, compreendendo assim o poder de ação e a influência globais da humanidade. Segundo seus teóricos, essa nova época enfatiza o papel central da espécie humana na geologia e na ecologia, um papel historicamente recente, mas com grandioso impacto, tornando-se a “era da perturbação humana”, nos termos de Anna Tsing (2019). Tratam-se de análises das capacidades de transformação, ou rupturas, que a atividade humana vem causando às demais espécies e à Terra. Para os formuladores do termo, a agenda ecológica e a preservação ambiental se tornaram condicionadas à ação humana nessa época de extrema intervenção na natureza:

Considerando estes e muitos outros impactos importantes e ainda crescentes das atividades humanas na Terra e na atmosfera, e em todas as escalas, incluindo a global, parece-nos mais do que apropriado enfatizar o papel central da humanidade na geologia e na ecologia, propondo a utilização do termo “Antropoceno” para a época geológica atual. (Crutzen; Stoermer, 2000, p. 17, tradução nossa).<sup>4</sup>

A definição difundida pelo químico holandês Paul Crutzen e pelo biólogo estadunidense Eugene Stoermer (2000) se tornou um dos principais instrumentos conceituais para a compreensão das transformações histórico-ambientais que nos trouxe, mediados pela doutrina capitalista, à atual situação de mecanização do trabalho e automatização do lucro como objetivos centrais da modernidade. Todavia, indo além do conceito, também nos permite a reflexão de possibilidades de futuro e o estudo da espécie humana enquanto agente geológica global, expondo a insustentabilidade desse modelo de políticas centradas em práticas lucrativas que, até então, permanecem inalteradas no desenvolvimento recente do neoliberalismo.

<sup>3</sup> Etimologicamente o termo advém da junção das palavras gregas para “humano” (ἄνθρωπος, *anthropos*) e para “novo” (καινός, *kainós*). Assim, propõe uma nova era centrada no ser humano, capaz de suceder ao Holoceno – oficialmente a atual época geológica, que iniciou há cerca de 11 mil anos e sobreveio ao Pleistoceno, iniciado há 2,5 milhões de anos. Um período geológico baseado em nossa própria autoria pode soar presunçoso, todavia se deve levar em conta que nenhum outro animal subverteu tanto o ambiente como a humanidade. O conceito do Antropoceno considera que (a partir de então) certamente restará uma pegada humana na Terra.

<sup>4</sup> No original: “Considering these and many other major and still growing impacts of human activities on earth and atmosphere, and at all, including global, scales, it seems to us more than appropriate to emphasize the central role of mankind in geology and ecology by proposing to use the term ‘Anthropocene’ for the current geological epoch” (Crutzen; Stoermer, 2000, p. 17).

Não obstante, é preciso tensionar o uso do termo Antropoceno, deslocando a responsabilização difusa sobre “a humanidade” e enfatizando os modos específicos pelos quais o sistema alimentar agroindustrial contribui para a crise ecológica e social atual. Como descreve Donna Haraway (2016a), talvez sejam necessárias múltiplas conceituações que deem conta das nuances e fraturas ecológico-sociais na contemporaneidade. Assim, em disputa com a ideia do Antropoceno nasceram outros conceitos, como o Capitaloceno,<sup>5</sup> proposto por Jason Moore, o Neganthropoceno,<sup>6</sup> por Bernard Stiegler, o Plantationoceno,<sup>7</sup> apresentado por diversos autores e o Chthuluceno,<sup>8</sup> pela própria Haraway.

A partir do conceito de Capitaloceno, alguns autores entendem, em oposição ao Antropoceno, que a atual época destrutiva não provém de toda e qualquer atividade humana, mas especificamente da organização capitalista – suas formas de organizar a natureza, relações de mercado, forças de trabalho, reprodução, condições de vida e consumos centrados no capital que determina como devemos comer e beber, ocupar os solos, produzir, distribuir, reproduzir, nos deslocarmos e nos vestirmos (Moore, 2015).

A fundamental crítica por trás do Capitaloceno entende ser necessário ajustar a relação entre as formas de vida da humanidade e a natureza, busca-se tanto encontrar uma nomenclatura mais adequada à atual etapa da história planetária, quanto atribuir as devidas responsabilidades (Haraway, 2016a; Moore, 2015).

Resumidamente, para Moore (2016), o debate entre Antropoceno e Capitaloceno reside em quem se culpa pela atual situação de desastre, a espécie humana ou ao modo de produção capitalista (Moore, 2016). Latour (2020) complementa essa crítica ao apontar que o “*Anthropos* do Antropoceno não passa da ficção perigosa de um agente universalizado capaz de agir como uma única humanidade”. Entendo que qualquer análise consciente da atual situação emergencial do meio ambiente terrestre deve ter em conta o papel central do projeto econômico capitalista para reprodução da destruição e violência sistêmicas.

Outro caminho teórico que permite aprofundar essas reflexões críticas é o da literatura marxista sobre “regimes alimentares”, desenvolvida por Harriet Friedmann (1992) e Philip McMichael (2016). A noção de regimes alimentares permite historicizar os sistemas agroalimentares ao relacioná-los com os ciclos de acumulação capitalista e as formas de controle político sobre a produção e o consumo de alimentos. A análise dos regimes

---

<sup>5</sup> A ideia de *Capitaloceno* surge como conceito alternativo que destaca as relações políticas e econômicas de poder e desigualdades intrínsecas às atividades humanas apontadas pelo Antropoceno e perpassadas pelo violento contexto do capitalismo global (Moore, 2015).

<sup>6</sup> Stiegler traça, a partir do conceito de *Neganthropoceno*, uma proposta para buscar a superação do niilismo que a era do caos climático inaugura. Assim, apresenta a reinscrição de conceitos filosóficos, econômicos, antropológicos e políticos dentro de um pensamento que busca reestruturar entropias e negentropias (Stiegler, 2018).

<sup>7</sup> *Plantationoceno* se caracteriza por demarcar o sistema de *Plantation* ocidental-colonial (forma de produção agrícola imposta pelas nações europeias às colônias) como um possível marcador inicial das expropriações que levaram às desigualdades, impactos ambientais e mudanças climáticas da modernidade capitalista. O termo foi proposto em debate entre Donna Haraway, Anna Tsing, Noboru Ishikawa, Scott Gilbert, Kenneth Olwig e Nils Bubandt (Haraway *et al.*, 2015).

<sup>8</sup> O termo *Chthuluceno* surge em um conto do escritor estadunidense H. P. Lovecraft e descreve um ser monstruoso com muitos tentáculos capazes de se apropriar de tudo e todos. Contemporaneamente, Haraway transporta a ideia para a antropologia e filosofia enquanto conceito para pensar os muitos desafios sócio-ambientais (Haraway, 2016a).

alimentares evidencia que a atual crise ecológica não pode ser compreendida apenas como consequência generalizada da ação humana, como sugere a ideia de Antropoceno, mas está intrinsecamente ligada à estrutura do agrocapitalismo global. Ao responsabilizar atores específicos, como corporações transnacionais, tratados comerciais assimétricos, políticas neoliberais, a abordagem dos regimes alimentares desloca a crítica do âmbito antropológico-genérico para uma crítica histórico-política, permitindo compreender as raízes sistêmicas da insustentabilidade ambiental e da desigualdade alimentar.

Bernard Stiegler (2018), entendendo que o Antropoceno pode levar a uma noção política “banal”, da qual não haveria saída ou alternativa, propõe uma oposição que seja capaz, a nível global e a longo prazo, de lidar com as ameaças ambientais vivenciadas na contemporaneidade. Ele intitula essa refutação de Neganthropoceno, momento no qual as preocupações ambientais e a sustentabilidade devem ter uma influência cada vez maior, deixando de lado o lucro como eixo vital dos planos econômicos e reestruturando os padrões de consumo impulsionados pela exploração e expropriação da produção capitalista neoliberal:

A questão do Antropoceno é como sair do Antropoceno enquanto período tóxico, a fim de entrar numa nova época que chamamos *Neganthropoceno*, como uma época curativa e cuidadosa. Em termos práticos, isto significa que, no plano econômico, a acumulação de valor deve ser empreendida exclusivamente com vista a investimentos *negantrópicos*. (Stiegler, 2018, p. 45, tradução nossa).<sup>9</sup>

O Plantationoceno também surge como conceito para demonstrar que a destruição dos ecossistemas e da diversidade natural, buscando a redução da natureza a recursos consumíveis no mercado, pode ter sido preparada desde estágios do pré-capitalismo (Haraway *et al.*, 2015). Nos sistemas coloniais europeus, a partir de meados do século XVI, as formas de habitar o conclamado “Novo Mundo” já haviam sido restritos à lógica da *Plantation*<sup>10</sup>, na qual há exploradores e explorados, definindo-se pela objetificação da Terra, de alguns seres humanos, bem como plantas, animais e demais espécies companheiras. Assim, os autores deste conceito consideram o papel fundamental do escravagismo e da agenda colonial e imperialista, enquanto estágios preparativos ao capitalismo, para a crise socioecológica na qual nos encontramos (Haraway, 2016a). O Plantationoceno permite que pensemos a historicidade do projeto das mudanças ambientais globais e dos discursos a seu respeito, apontando as possibilidades de uma “ecologia decolonial” (Ferdinand, 2022, p. 66) que supere os modelos produtivos colonialistas, capitalistas e neoliberais.

O Plantationoceno continua com uma ferocidade cada vez maior na produção de carne industrializada globalizada, monocultura do agronegócio e imensas substituições de

<sup>9</sup> No original: “*The question of the Anthropocene is how to exit from the Anthropocene qua toxic period in order to enter into a new epoch that we are calling the Neganthropocene, as a curative, care-ful epoch. In practical terms this means that, on the economic plane, value accumulation should be undertaken exclusively with a view to neganthropic investments.*” (Stiegler, 2018, p. 45).

<sup>10</sup> Define-se pelo termo “*plantation*” um modelo econômico e sistema agrícola amplamente utilizado nas conquistas coloniais europeias, sendo caracterizado por quatro elementos fundamentais: grandes propriedades de terra (latifúndio), cultivo de uma única espécie agrícola (monocultura), utilização de mão de obra escravizada (escravagismo) e produção orientada à exportação (mercado externo).

culturas como óleo de palma por florestas multiespécies e seus produtos que sustentam criaturas humanas e não-humanas. (Haraway, 2016b, p. 206, tradução nossa).<sup>11</sup>

Para Haraway (2016a), o Antropoceno deve ser compreendido mais como um “evento limite” do que uma era em si mesma, uma nomenclatura que representa a grande ruptura que distingue aquilo que vem a seguir daquilo que havia antes. Em outros termos, a pensadora estadunidense entende que habitamos um espaço fronteiro, cuja oposição mais eficaz seria minimizar sua duração e impactos ao período posterior. Segundo ela, portanto, devemos “fazer com que o Antropoceno seja tão curto e tênue quanto possível, e cultivar, uns com os outros, em todos os sentidos imagináveis, épocas por vir que possam reconstituir os refúgios” (Haraway, 2016a, p. 140).

Assim, Haraway apresenta o conceito de Chthuluceno, entendendo que, a pretexto de estarmos em um mundo no qual brevemente podemos desaparecer, estamos, em verdade, desaparecendo com inúmeras das “espécies companheiras”<sup>12</sup> com as quais compartilhamos a existência. Nosso suposto fim tem sido o fim definitivo de inúmeros outros, por isso o Chthuluceno deve surgir para superar o Antropoceno. Seus muitos tentáculos, capazes de capturar tudo que está nas profundezas, permite-nos fazer acordos múltiplos, especialmente com aqueles que sempre salvaguardaram a natureza e a sobrevivência de todos, superando a consciência da modernidade. Entendo que a ideia por trás do termo, enquanto forma de complementar e desafiar a narrativa do Antropoceno, seja fundamental às reflexões que pretendem levar em conta a Terra, seus habitantes e o atual estado crítico ambiental, ao mesmo tempo que permitam projetos políticos consistentes que abram possibilidades de futuro e manutenção de múltiplas formas de vida, humanas ou não-humanas (Haraway, 2003).

Neste contexto de colapso sistemático, Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno ou simplesmente “ruínas”, como apelida Tsing (2019), são muitas as consequências ambientais: destruição massiva de formas de vida, mudanças climáticas, mineração de recursos, esgotamento de rios, lagos e ecossistemas, quantidades excessivas de produtos químicos, gases nocivos e agrotóxicos venenosos, além do total esgotamento das reservas naturais da Terra (Tsing, 2021). Note como a atividade gastronômica, agrícola e pecuária são diretamente afetadas e afetam ativamente todas essas mudanças (Valiorgue, 2020). Assim, refletir a agricultura industrial, a produção de alimentos e as possibilidades alimentício-gastronômicas sustentáveis é de grande importância na superação do atual contexto (Stengers, 2015).

---

<sup>11</sup> No original: “*The Plantationocene continues with ever greater ferocity in globalized factory meat production, monocrop agribusiness, and immense substitutions of crops like oil palm for multispecies forests and their products that sustain human and nonhuman critters alike*”. (Haraway, 2016b, p. 206).

<sup>12</sup> O termo “espécies companheiras” é usado por Haraway para se referir a todo grau de seres com os quais compartilhamos a existência, especialmente animais não-humanos, mas também pessoas, plantas, microrganismos, tecnologias, instrumentos e máquinas. Ela afirma que: “Cães não são a única espécie companheira. As máquinas são espécies companheiras de certo tipo, do tipo que importa. As muletas de meu pai, para caminhar depois de uma tuberculose óssea, eram companheiras” (Haraway, 2021, p. 7).

## A PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA EM TEMPOS DE DESTRUIÇÃO ANTRÓPICA

Por certo, pensar a produção de comida não é uma preocupação inédita. Há muito se luta contra a fome, buscam-se alternativas para superar crises alimentares, escassez de insumos e estabelecer formas mais férteis de cultivo. As relações antrópicas na produção de alimentos passaram a existir desde que nos reconhecemos como espécie e aderimos à agricultura em larga escala milhares de anos atrás, ou mesmo antes disso (Haraway, 2016a).

A mudança para a atual “época de terrores ambientais”, todavia, acentuou essas problemáticas e requer de nós uma reavaliação das relações de produção agrícola e dos sistemas agroecológicos (Tsing, 2021, p. 177). Portanto, “se a atividade agrícola não se reinventar, os riscos de desaparecimento puro e simples não podem ser negligenciáveis” (Valiorgue, 2020, p. 3, tradução nossa).<sup>13</sup> Não à toa, as possibilidades de recriar formas agrícolas que nos permitam um futuro minimamente sustentável e menos desigual, passaram a integrar os principais atritos nas discussões contemporâneas sobre os impactos da produção de alimentos e sustentabilidade.

Dentre as fricções culturais, sociais, políticas e econômicas que surgem nas relações humanas em torno da produção de alimentos, como destacado por Haraway (2008, p. 105), podemos citar, por exemplo, o tamanho da população global. Estou de acordo com Isabelle Stengers ao apontar que a pretensa racionalidade de intelectuais, em geral de especialistas muito bem alimentados e supostamente protegidos da aniquilação, os quais supõem que a única solução para os impactos ambientais provenientes, supostamente, do Antropoceno, seria a erradicação de uma enorme parcela da população mundial até o fim do século, esconde o “delírio de uma abstração assassina e obscena” (Stengers, 2015, p. 54).

Há de se observar que, embora malthusianos e neomalthusianos<sup>14</sup> reservem o debate agroecológico ao problema da produção e da população, vivenciamos hoje uma indústria capaz de gerar alimentos em quantidades inimagináveis, todavia com um consumo e distribuição amplamente desiguais. Apesar da hipótese racionalista de Malthus, não enfrentamos escassez na produção, há comida suficiente ao cenário demográfico atual, mas o acesso aos alimentos é asseguradamente restrito e o que se produz é definido pela autorregulamentação do mercado. Os futuros estudos gastronômicos que almejam ser relevantes na atualidade precisam ter ciência desses debates econômicos, sociais, políticos e culturais que refletem à mesa.

Haraway (2016a) tem um forte argumento ao apontar que o atual processo industrial-alimentício decorre de um barateamento da natureza, em virtude das condições extremas de produção, consumo, descarte e reprodução no mundo contemporâneo. Simultaneamente, é preciso compreender que o fim do barateamento da natureza pela grande indústria deve acompanhar o fim da precarização do trabalho, bem como a superação do brutal sistema de exploração ambiental e humana, visto que não há desconexão entre as crescentes políticas que

<sup>13</sup> No original: “*Dans ces conditions, si l'activité agricole ne parvient pas à se réinventer, les risques d'une disparition pure et simple ne sont pas négligeables.*” (Valiorgue, 2020, p. 3).

<sup>14</sup> A teoria malthusiana, proposta pelo economista britânico Thomas Malthus em 1798, propõe que a população aumenta muito rapidamente, ultrapassando a disponibilidade de alimentos, o que acarreta problemas como a fome e a pobreza. Sua teoria demográfica pretende sobrepor o problema da distribuição de alimentos e as políticas que asseguram a desigualdade advogando por limites rígidos à reprodução humana como única solução.



reafirmam desigualdades sociais e os movimentos de industrialização alimentar em direção aos ultraprocessados, conservantes, aditivos químicos e outras “substâncias comestíveis”<sup>15</sup>, processo que caminha de mãos dadas com o apagamento dos pequenos produtores rurais e com o desenvolvimento de políticas negacionistas.<sup>16</sup> Em resumo, variados problemas de ordem política permanecem associados às dificuldades agroecológicas e à distribuição alimentícia.

Os recém intitulados “ovos de galinhas felizes” são um bom exemplo dessa conturbada lógica entre questões ambientais, econômicas e sociopolíticas. Não questiono que aves criadas livres de gaiolas, sem aditivos químicos e em contato com um ambiente adequado sejam mais “felizes”, no mínimo menos exploradas, do que aquelas escravizadas em um sistema de produção industrial tradicional. Todavia, o perfil de consumidores que podem refletir sobre o nível de bem-estar animal diante dos expositores de ovos nos supermercados ainda é substancialmente restrito. Embora muitos possam acessar ovos produzidos considerando o bem-estar animal (ou “felizes”), o preço ainda se configura como fator decisivo para a imensa maioria da população brasileira, aquela que têm boa parte de seus rendimentos dispensados à alimentação, veja, por exemplo, os dados expostos por Lima *et al.* (2020, p. 16). Assim é propositalmente, visto que as diferenças de classe também demarcam possibilidades díspares de acesso à alimentação.

Pesquisa da *Public Eye*, em parceria com a Rede Internacional em Defesa do Direito de Alimentar (IBFAN), observou como gigantes agroalimentares destinam produtos de pior qualidade ao sul global, revelando um duplo padrão injustificável, no qual as grandes indústrias se predispõem a incluir substâncias nos alimentos de países periféricos, que não existem nos mesmos produtos em países da centralidade do sistema (Gaberell; Abebe; Rundall, 2024). Outro exemplo advém do fato de que inúmeros dos agrotóxicos utilizados rotineiramente na produção de alimentos no Brasil, cerca de 44% deles são proibidos por países do norte global, como apontou Larissa Bombardi (2023). Pensar a produção alimentícia para possíveis futuros perpassa, invariavelmente, as questões do colonialismo químico. Ovos de galinhas felizes e alimentos frescos para alguns; filas para comprar ossos, violenta agropecuária e agrotóxicos para outros, eis a seletividade da grande produção alimentícia atual, fortemente escancarada no Brasil durante o período pandêmico.

Ainda assim, produções que levam em conta o bem-estar animal, tais como os alimentos orgânicos e a agricultura de médios e pequenos produtores, são resistências fundamentais no tempo das catástrofes (Stengers, 2015), contudo, a sustentabilidade alimentar permanece atrelada às estruturas sociais desiguais da sociedade capitalista, divergência muitas vezes impulsionada pela cultura alimentar e pela alta gastronomia, capazes de reafirmar recortes sociais, mediando-os a partir das práticas dietéticas.

A indústria responsável por ovos “livres”, “orgânicos”, “sem hormônios” ou “felizes”, não intenta produzi-los em grande escala, simplesmente porque os impactos no custo de

<sup>15</sup> O termo “substâncias comestíveis” é utilizado por Michael Pollan (2010, p. 18) para identificar as “substâncias comestíveis com aparência de comida”, em alusão ao que temos chamado de produtos ultraprocessados no Brasil, em processos que retiraram nutrientes e acrescentam substâncias químicas tóxicas, impactando a saúde humana e o meio ambiente.

<sup>16</sup> As atuais emergências climáticas vêm sendo impulsionadas com o crescimento da extrema direita no cenário internacional e pelas oposições às políticas ambientais – por exemplo, na saída dos EUA, o maior emissor histórico de gases de efeito estufa, do Acordo de Paris (2015) logo no primeiro dia do novo governo Trump.

produção são mais elevados, há um acréscimo de aproximadamente 30% sobre o valor dos produtos convencionais (Lima *et al.*, 2020, p. 34). Os pequenos produtores, por seu turno, raramente conseguem arcar com os custos da certificação de bem-estar animal, embora muitos atendam aos requisitos. Nesse cálculo sobre o acesso a alimentos sustentáveis e de maior qualidade nutricional, não devemos considerar apenas a densidade demográfica ou a matemática malthusiana de produção por população, mas também as exorbitantes taxas de consumo e desperdício alavancadas pelo atual estágio do capital.

Os usos de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) na agricultura também são relevantes nesta equação, como apresenta Stengers (2015). Essas formas modificadas e patenteadas de produção de alimentos invadiram o mercado sob o pretense objetivo de responder ao desafio da fome no mundo. Na Europa delineou-se um conflito entre produtores e cientistas que promoviam o uso de OGM como um simples modelo agrícola, baseado na relação entre tecnologia e cultivo, e consumidores e ativistas preocupados com os impactos dos “inseticidas OGM”.

Em verdade, o questionamento dos europeus ultrapassou a “apropriação da agricultura” pelos OGM, passando a interrogar também sobre a indústria de sementes, a dependência de grandes produtores dos herbicidas e fertilizantes, eufemismos técnicos para se referir a venenos agrotóxicos, o patenteamento da produção alimentar, o impacto poluente da grande agropecuária e a erradicação dos pequenos e médios produtores (Stengers, 2015). Como explica Latour (2020a), os problemas dessa natureza evidenciam as narrativas conflitantes e expõem os objetivos de cada um dos discursos. Afinal, são problemas que impactam, em diferentes graus, todas as partes que se posicionam diante deles. Essas questões alimentícias são essencialmente políticas e indispensáveis aos estudos gastronômicos na contemporaneidade, em virtude de dizerem respeito à saúde coletiva e aos danos, talvez irreversíveis, ao meio ambiente global (Stengers, 2018).

Seja o que for que assumamos: a controvérsia global sobre os transgênicos, o cálculo do estoque de peixes, o desenvolvimento de turbinas eólicas, a modificação das características costeiras, a produção de roupas, alimentos, remédios, carros, a reconfiguração de cidades, a transformação das técnicas agrícolas, a proteção da vida selvagem, a mudança no ciclo do carbono, o papel do vapor-d'água, a influência das manchas solares, o rastreamento de icebergs – em qualquer caso, estamos diante de questões que reúnem aqueles que se opõem sobre o assunto. Agora que existe um estado de guerra comprovado, é possível que cada uma das partes em guerra seja explícita sobre seus objetivos. (Latour, 2020a, p. 280).

Esses debates e reflexões à mesa levaram a práticas e narrativas que buscam alternativas aos modos de produção do *establishment* alimentício, como apontado por Bombardi, Crary, Haraway, Latour, Stengers, Tsing, Valiorgue e outros tantos pensadores ligados às questões agroambientais e que podem trazer fundamentações necessárias aos estudos gastronômicos. Afinal, junto ao questionamento dos OGM, nasceram reações como a gastronomia sustentável e os grupos de valorização de insumos autóctones, o respeito à sazonalidade dos alimentos, as oposições aos ultraprocessados, os coletivos orgânicos, as hortas comunitárias, as redes de reabilitação e de troca de sementes, por exemplo, bem como o apoio aos pequenos produtores rurais, aqueles que maior impacto causam na alimentação da maioria dos brasileiros.

Diante da Terra arrasada pelo biocapitalismo,<sup>17</sup> não devemos aceitar os modelos da violenta agricultura e pecuária industriais contemporâneas por conta da necessidade alimentar (Valiorgue, 2020). É preciso superar a lógica neoliberal que olha para a natureza e vê na extração máxima de seus recursos a possibilidade de “consertar tudo” (Stengers, 2015, p. 79). Na perseguição desse ideal de desenvolvimento surgem remodelações violentas das biodiversidades, paisagens e vivências por todo o planeta (Tsing, 2019). Lutas e resistências são convertidas em “ativos ambientais” ou “economia verde”,<sup>18</sup> impulsionando o desenvolvimentismo, racionalismo, progressismo e tecnicismo do mercado (Stiegler, 2003, p. 27).

Como afirma Mbembe (2018), o neoliberalismo compreende que todos os acontecimentos e situações do mundo vivo podem e devem deter valor no mercado. Dessa compreensão advém as noções contemporâneas de preservar as liberdades, mesmo a pretensa liberdade de poder transformar tudo em oportunidade (lucro), “inclusive o que põe em xeque o futuro comum” (Stengers, 2015, p. 56). A despeito disso, discordo de pensadores como Jared Diamond (1978) que chegam a supor que a agricultura teria sido “o maior erro da história humana”, pretensamente pela redução da diversidade alimentar por meio da seleção de algumas espécies e pela institucionalização das diferenças de classe e hierarquias sociais (Valiorgue, 2020, p. 3-4).

A perspectiva de Diamond (1987), envolta em um profundo sentimento malthusiano, é de que a agricultura levou à ilusão de que a população humana poderia crescer indiscriminadamente ante a um sistema agrícola em crescente produtividade. Creio que, impugnar a agricultura, a produção de alimentos, a humanidade de maneira genérica ou os inúmeros produtores que, com seriedade e respeito, sobrevivem a partir desse sistema, não seja o caminho, ainda que se mostre fundamental definir novas trajetórias e buscar alternativas viáveis à agricultura industrial (Valiorgue, 2020). Para tanto, é preciso refletir possibilidades.

## FUTUROS POSSÍVEIS: VÍNCULOS E SUSTENTABILIDADES

Tornou-se significativo levar em consideração os variados modos de vida que se emaranham nas complexas relações interespecies, que conectam humanos e não-humanos como “companheiros de mesa”. Não é toda a lógica agropecuarista que deve ser combatida,

---

<sup>17</sup> No capitalismo contemporâneo, o valor de mercado é criado também a partir de componentes biológicos dos corpos (humanos e não-humanos) e transformado em “biocapitalismo”, produzindo sistemas nos quais as vidas se tornam *commodities*. O biocapitalismo põe a vida no centro do crescimento econômico e o corpo orgânico dos seres vivos é concebido como formado por unidades descartáveis e mercantilizadas, meros objetos a serem possuídos, destruídos e/ou rentáveis. Haraway (2010), associando o biocapitalismo com conceitos provenientes de Marx e Foucault, apresenta o conceito de “tecnobiopoder” parte integrante do que nomeia como “capital ciborgue”.

<sup>18</sup> Partindo da leitura de Arturo Escobar (2007), percebo nessas estratégias mercadológicas a transformação do meio ambiente no conceito abstrato de “natureza”, o qual, por seu turno, torna-se mero recurso para as operações de captura sistemática e destruição progressiva em nome do desenvolvimento capitalista e (pretensamente) técnico-científico. Nesse sentido, integram as técnicas do biocapitalismo.

como enuncia Haraway ao ser questionada sobre o veganismo<sup>19</sup> e a produção industrial leiteira. Enquanto o grande agronegócio e os monopólios industriais se esforçam na produção de *commodities* ao mercado externo e no desenvolvimento de patentes que reforçam os colonialismos alimentares, há uma série de pequenos produtores que produzem com respeito social e em lógicas não-fabris.

Essas são formas que eu penso que merecem um futuro, pois não se trata da indústria leiteira. Bem, é complicado, porque quem trabalha para a indústria de laticínios vive à margem. Trabalha horas incrivelmente longas, e a maioria de fato se importa com seus animais. Penso que é realmente importante não demonizar os pequenos produtores neste conjunto de histórias. (Haraway, 2021, p. 27).

Não obstante à falta de dados oficiais, números publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2020, estimam que a produção orgânica representa apenas 0,4% da área agricultável brasileira, embora haja crescimento constante (Lima *et al.*, 2020). Isso sem contar que inúmeras empresas, mesmo produzindo opções alimentícias orgânicas, também mantêm práticas de produção convencional, mesclando entre agricultura orgânica para um grupo pequeno de consumidores e agricultura industrial para a maioria (Lima *et al.*, 2020).

Diante disso, podemos recorrer a teorias neomalthusianas para diminuição da sociedade humana, o que certamente não funcionaria, visto que o problema do capitalismo tardio é o consumo e distribuição, não a produção, ou pensar futuros possíveis que permitam a sobrevivência de todos, animais humanos, não-humanos e o meio ambiente ao nosso redor, construindo condições de vida em meio às ruínas dos imperialismos industriais e das *plantations* das ecologias simplificadoras (Tsing, 2019). Mas os problemas não são simples. Há inúmeros conflitos de interesses, assimetrias de poder, contradições entre ideologia e realidade, além de violências e injustiças coletivas e estruturais em grande escala.

Diante da complexidade dos problemas e desafios que perpassam a produção e consumo de alimentos no dito Antropoceno, há de se refletir possibilidades de resistência que abarquem toda a multiplicidade e dificuldade das atuais realidades. Creio que as tensões produtivas entre os autores que, em maior ou menor grau, esbarram nos assuntos relativos à agroecologia na contemporaneidade, mostram-se profundamente impactantes na reflexão de novas relações, percepções e/ou modos de vida para os futuros possíveis que edifiquem práticas gastronômicas sustentáveis.

Para Jonathan Crary (2023), um futuro habitável e partilhado só será possível se desvinculado dos sistemas destruidores e das operações genocidas do capitalismo, um futuro “off-line”, descreve ele. Tal futuro deverá ser capaz de pôr fim na instrumentalização e mecanização das vidas, alterando radicalmente os consumismos e comportamentos das formas de vida contemporâneas. A crítica de Crary tem o mérito de observar a inseparabilidade entre o colapso ambiental, a produção de comida e a fragmentação social na atualidade.

Isabelle Stengers (2015, p. 37) vê, no já mencionado movimento europeu de resistência aos OGM, “a possibilidade não de sofrer, mas de agir nesta nossa época”. Para a autora não há como simplesmente extrapolar o problema, ao contrário, é necessário construir novas práticas

---

<sup>19</sup>Apresento um debate mais aprofundado sobre a relação de Donna Haraway com o veganismo/vegetarianismo e as diferentes formas de desenvolvimento agropecuário, em outro artigo, veja Ruzene (2023).

de luta capazes de levar em consideração as exigências impostas pela “intrusão de Gaia” (Stengers, 2015, p. 68-69). Tais práticas devem estar associadas às lutas sociais e demais resistências, articulando conexões capazes de definir prioridades estratégicas e refletir as possibilidades para o futuro.

Por seu turno, Latour (2020b) defende que, diante da catástrofe, faz-se necessária uma nova política terrestre. Acompanhando as teses apontadas por Stengers, ele difere dois modos distintos de produção de saberes: a “Ciência” (singular e eliminatória) que apresenta uma narrativa de desenvolvimento e as “ciências” (plurais e agregadoras) que trazem narrativas de sobrevivência (Haraway, 1995; Stengers, 2015, p. 79-83; Stengers, 2018, p. 445-452). Para alcançarmos futuros acessíveis a todos é necessário, na análise do autor, renovar as narrativas históricas, as ciências, os processos e as posições políticas. Compreendendo, ainda, a indissociabilidade entre as lutas sociais e agroecológicas, bem como entre os agentes terrestres e recursos naturais.

Note o uso do termo “terrestres” na proposição de Latour, não apenas humanos, animais ou seres vivos, mas todos aqueles que compartilham a Terra:

Inseridos em um sistema de produção, os humanos são os únicos que podem se revoltar, sempre tarde demais; inseridos em um sistema de geração, muitos outros clamores podem se fazer ouvir, antes da catástrofe. Os pontos de vida, e não apenas os pontos de vista, multiplicam-se. Ao passar de um sistema de produção para um sistema de geração podemos multiplicar as fontes de revolta contra a injustiça e por consequência, aumentar consideravelmente a gama de aliados potenciais nas lutas pelo terrestre que virão. (Latour, 2020b, p. 107-108).

Em *Staying with the trouble*, Haraway (2016b) propõe habitar-mos coletivamente a Terra, recriando os contatos interespecies nesta era de extermínio em massa e sistemático de diversas espécies. Longe de supor que é tarde demais ou que a humanidade está fadada ao fim e nada pode ser feito, a autora trabalha a dicotomia entre não abraçar o apocalipse ambiental, tampouco acreditar que novas tecnologias irão trazer evoluções capazes de consertar o Capitaloceno. Assim, Haraway (2021) apresenta a lógica de pequenos agricultores, da produção em escalas familiares, de trabalhadores sérios e dedicados, mesmo nas produções agropecuaristas industriais, e tantas outras formas agrárias que relacionam corpo, terra e alimentação há séculos, compreendendo as relações interespecies companheiras como possibilidades para revolução agroecológica.

Haraway (2016a) defende uma reestruturação das alianças entre humanos e não-humanos, de maneira transdisciplinar, ou não-disciplinar, como ela prefere (Haraway, 2021, p. 28-30), fazendo “parentescos em vez de bebês”<sup>20</sup> e compreendendo o privilégio das perspectivas parciais. Novas e múltiplas formas de vida se tornam possíveis quando constituídas pela *simpoiesis*, a capacidade de fazer e criar em conjunto, e não pela *autopoiesis*,

---

<sup>20</sup> Haraway reivindica um modo expansivo de fazer parentes, envolvendo cuidar de sujeitos, comunidades e gerações, criando laços de amizade e cultivando solidariedades para além de consciências de consanguinidade, mas afinidade ou adoção. Não se trata de uma oposição radical às maternidades/paternidades ou um apelo pela redução da população terrestre, mas um entendimento de que “parentescos” são vínculos de cuidado poderosos capazes de criar vinculações e alianças multiespecies. Assim, Haraway (2016a) busca desfazer os laços de genealogia/parentesco e parentes/especies: “Então, faça parentes, não bebês! O que importa é como parentes geram parentes” (Haraway, 2016a, p. 142).

ou autossuficiência (Haraway, 2016b, p. 58). Assim, abrem-se possibilidades de futuros coletivos multiespécies que cultivam solidariedades entre nós e os diferentes seres com os quais compartilhamos o planeta e a mesa.

Em suma, os variados autores neste breve estado da arte desafiam o privilégio humano, demarcando suas perspectivas pós-humanistas, ou *compostistas*,<sup>21</sup> e pleiteiam novas formas de resistência ante aos problemas agrícolas e político-ambientais gerados pelas políticas predatórias do neoliberalismo. Ademais, reivindicam articulações entre as diversas resistências ao capitalismo, bem como outros modos relacionais baseados na performance de ecologias humanas e não-humanas capazes de oferecer modelos de conscientização ambiental interespécies que sejam sustentáveis e abertos às possibilidades para construir futuros minimamente habitáveis.

No interior dessas disputas, a gastronomia pode exercer um papel estratégico central. Longe de ser apenas um campo de práticas culinárias refinadas, a gastronomia se converte em espaço político de resistência e reinvenção alimentar. Movimentos como o *slow food*, a cozinha de produto, a valorização de ingredientes nativos, a defesa da sazonalidade e a valorização de produtores locais demonstram que escolhas gastronômicas não são neutras. Além disso, o reconhecimento dos saberes alimentares tradicionais e das práticas culinárias vinculadas a territórios e comunidades historicamente marginalizadas contribui para tensionar a hegemonia dos sistemas alimentares industrializados e fomentar formas mais justas de produzir, distribuir e consumir alimentos. A gastronomia, portanto, deve ser pensada como aliada na construção de futuros sustentáveis, ao articular estética, ética e política em torno da alimentação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do atual cenário e dos crescentes problemas ambientais, os estudos gastronômicos são obrigados a permanecer na política, criar conexões plurais e debater alternativas ainda mais complexas. Um dos grandes problemas a serem pensados nesse contexto diz respeito a como continuar produzindo alimentos acessíveis e suficientes sem que nossos modos produtivos prossigam com o esgotamento dos recursos, depleção do meio ambiente e extrema desigualdade social. Para tanto, diversos autores têm se preocupado com a temática dietética agrícola e proposto novos caminhos e novas possibilidades à questão agroecológica.

Ainda assim, como bem resume Anna Tsing, ocupar a comida e a produção de alimentos pode ser uma ferramenta poderosa para superação da *plantation* e dos modelos produtivos que consomem formas de vida, ecossistemas e, conseqüentemente, perspectivas habitáveis de futuridade. Nesse contexto, muitas resistências, diversas delas no campo da gastronomia, têm nascido e se multiplicado, dos alimentos orgânicos e movimentos para produções mais saudáveis às recusas de “substâncias comestíveis” provenientes de *fast food* e ultraprocessados.

---

<sup>21</sup> Haraway (2016a, p. 141) afirma: “Eu sou uma *compostista*, não uma pós-humanista: somos todos compostos, adubo, não pós-humanos”. A crítica reside no pós-humano ser um conceito restritivo e facilmente cooptado por um discurso evolucionário teleológico, uma vez que se restringe à humanidade.

Entre os desertos monocultores e sepulturas de agricultura industrial e os lábios impacientes dos consumidores repousa o sinal da ruína de nossos tempos: nossas cadeias de suprimento de alimentos mortais. No entanto, na última década, as mobilizações populares, da alimentação saudável ao comércio justo, tiveram um sucesso impressionante em mostrar que esse arranjo é inevitável: nós podemos fazer a diferença. Políticas alimentares estão sob observação; sistemas alimentares alternativos estão florescendo. Nós temos uma chance: ocupar a comida. (Tsing, 2019, p. 87).

Há de se ter em mente que as catástrofes do mundo contemporâneo não podem ser desconectadas de um certo número de fatores técnicos, sociais, econômicos e políticos. Já não há mais catástrofes puramente naturais, como apresenta Jean-Luc Nancy (2012), mas uma catástrofe, ou melhor, projeto, civilizacional que congrega em si os inúmeros problemas sociopolítico-ambientais provenientes do capitalismo e da armadilha da técnica. Uma relação umbilical entre a destruição sistêmica e o anseio da economia neoliberal de transformar tudo e todos em ativos mercantilizáveis.

Por fim, resta-nos construir “maneiras alternativas de conhecer os trechos da Terra” (Tsing, 2021, p. 189-190), criando e cultivando vínculos capazes de salvaguardar os modos sustentáveis ao ambiente e às heterogeneidades das vidas terrestres, sem recorrer ao extermínio de qualquer dessas partes. Afinal, uma verdadeira ecojustiça multiespécie também deve incluir toda a diversidade de pessoas e formas de vida. A nova proposição cosmopolítica, portanto, deve levar em consideração a manutenção e sobrevivência das vidas, escapando às lógicas de sacrifício e integrando formas heterogêneas de preservar, cultivar, existir, produzir e se alimentar.

A produção de alimentos, enquanto prática econômica, ecológica e cultural, está profundamente imersa em relações políticas. Embora a fome e a insegurança alimentar sejam frequentemente tratadas como problemas técnicos de produtividade ou distribuição, trata-se, em essência, de uma questão política: quem come, o que come, como é produzido e quem lucra com isso. O sistema alimentar contemporâneo é marcado por desigualdades estruturais, nas quais o acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis é profundamente condicionado por fatores de classe, território e poder político-econômico.

Estudos recentes têm demonstrado que, mesmo diante da capacidade produtiva global para alimentar toda a população mundial, a fome e as “substâncias comestíveis” persistem como fenômenos de gestão e exclusão. A regulação mercadológica da oferta, a financeirização dos alimentos e a subordinação da agricultura aos interesses de grandes conglomerados agroindustriais têm moldado um cenário de insegurança alimentar seletiva. Como mostram os dados de Bombardi (2023), o sul global consome produtos com altos níveis de agrotóxicos e aditivos proibidos no norte global, o que evidencia a manutenção de uma geopolítica da alimentação marcada por um colonialismo químico.

Nesse contexto, políticas alimentares não são apenas instrumentos administrativos, mas campos de disputa. As decisões sobre subsídios, rotulagens, permissões para OGMs, investimentos em cadeias curtas de produção ou compras institucionais de alimentos orgânicos são exemplos de como o Estado e os interesses privados regulam o cotidiano alimentar das populações. A gastronomia, enquanto campo de práticas, também é atravessada por essas tensões e pode contribuir tanto para a reprodução das desigualdades quanto para sua contestação.

## REFERÊNCIAS

APPADURAI, A. Gastro politics in Hindu South Asia. **American Ethnologist: Journal of the American Ethnological Society**, Nova Iorque, v. 8, n. 3, p. 494-511, 1981.

BOMBARDI, L. M. **Agrotóxicos e Colonialismo Químico**. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

CRARY, J. **Terra arrasada**: além da era digital, rumo a um mundo pós-capitalista. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

CRUTZEN, P.; STOERMER, E. The 'Anthropocene'. **The International Geosphere–Biosphere Programme (IGBP): Global Change Newsletters**, [S.l.], n. 41, p. 17-18, 2000.

DIAMOND, J. The worst mistake in the history of the human race. **Discover Magazine**, Nova Iorque, maio 1987. p. 95-98.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo**: construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el Perro y la Rana, 2007.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 2**: o uso dos prazeres. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1998.

FRIEDMANN, H. Distance and Durability: Shaky Foundations of the World Food Economy. **Third World Quarterly**, Abingdon, v. 13, n. 2, p. 37-83, 1992.

GABERELL, L.; ABEBE, M.; RUNDALL, P. Comment Nestlé rend les enfants accros au sucre dans les pays à revenu plus faible. **Public Eye**, Zurich, n. 47, abr. 2024.

HARAWAY, D. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica: pesquisa, jornalismo e arte**, Campinas, ano 3, n. 5, p. 139-146, 2016a.

HARAWAY, D. **Donna Haraway explica por que se deve fazer parentescos em vez de bebês**. Entrevista concedida a Marilene Felinto, Cecilia Cavalieri e Juliana Fausto. **Species: Panfleto de Antropologia Especulativa**, [S.l.], p. 1-36, ago. 2021.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARAWAY, D. Se nós nunca fomos humanos, o que fazer? **Ponto Urbe**: revista do núcleo de antropologia urbana da USP, São Paulo, n. 6, 2010. Entrevista concedida a Nicholas Gane.

HARAWAY, D. **Staying with the trouble**: making kin in the Chthulucene. Durham: Duke University Press, 2016b.

HARAWAY, D. **The companion species manifesto**: dogs, people and significant otherness. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.

HARAWAY, D. **When species meet**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

HARAWAY, D.; TSING, A.; BUBANDT, N.; SWANSON, H. A. Anthropologists are talking: about the Anthropocene. **Ethnos: Journal of Anthropology**, Londres, v. 81, n. 3, p. 535-564, 2015.



LATOUR, B. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. São Paulo: Ubu Editora, 2020a.

LATOUR, B. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020b.

LIMA, S. K.; GALIZA, M.; VALADARES, A.; ALVES, F. **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fev. 2020. 53 p. (Texto para discussão, n. 2538). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9678>

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

McMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MOORE, J. **Capitalism in the web of life**. Nova Iorque: Verso, 2015.

MOORE, J. (Org.). **Anthropocene or Capitalocene?** Nature, history, and the crisis of capitalism. Oakland: PM Press, 2016.

NANCY, J-L. **L'Équivalence des catastrophes** (Après Fukushima). Paris: Éditions Galilée, 2012.

POLLAN, M. **Regras da comida**: um manual da sabedoria alimentar. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2010.

RUZENE, F. D. Alimentação e veganismo em Donna Haraway: perspectivas do consumo animal no feminismo ciborgue. **Revista Mangút: Conexões Gastronômicas**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 30-44, dez. 2023.

STENGERS, I. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 69, p. 442-464, 2018.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STIEGLER, B. **La técnica y el tiempo 1**: el pecado de Epimeteo. Hondarribia: Cultura Libre, 2003.

STIEGLER, B. **The Neganthropocene**. Londres: Open Humanities Press, 2018.

TSING, A. L. O Antropoceno mais que humano. **Ilha: Revista de Antropologia**, Florianópolis, n. 23, v. 1, p. 176-191, 2021.

TSING, A. L. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB/Mil Folhas, 2019.

VALIORGUE, B. Le défi agricole de l'Anthropocène. **La vie des idées: Collège de France**, Paris, 6 out. 2020. p. 1-14.